



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

RESISTIR E VENCER
TODOS POR
TUDO

Bancos se calam e frustram negociações



Na primeira rodada de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, realizada dia 28/06, em São Paulo, os bancos preferiram o silêncio. Não deram resposta a nenhuma reivindicação da categoria. Nem mesmo demonstraram interesse em negociar um pré-acordo de ultratividade, o que coloca em risco conquistas históricas como a PLR e a mesa unificada nacional entre bancos públicos e privados. Para o Comando Nacional, a postura dos banqueiros é a de sempre: muita arrogância e nenhuma seriedade. **Página 3**

CUT organiza o
“Dia do Basta”
para 10 de agosto

A CUT quer alertar que outubro é mês de eleição, hora de dar um não na cara dos deputados que traíram a classe trabalhadora. **Página 4**

NENHUM
DIREITO
A MENOS

Os lucros dos bancos dão aos bancários a certeza de que a reivindicação de aumento real na Campanha Nacional de 2018 pode e deve ser atendida.

PÁGINA 3

DOSSIÊ MÉDICO organizado

POR QUE ELE É TÃO IMPORTANTE?

Dados da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, divulgados em 2017, apontam a categoria bancária em primeiro lugar entre as notificações de doenças relacionadas ao trabalho. Como consequência da intensa cobrança pelo cumprimento de metas, cada vez mais abusivas, e da enorme carga de trabalho em agências com um número reduzido de trabalhadores, os bancários têm sido acometidos principalmente por doenças de transtorno mental (depressão, ansiedade, síndrome do pânico e outras) e pelas LER/DORT (Lesão por Esforços Repetitivos/Doença Ósteo-Muscular Relacionada ao Trabalho).

O número de trabalhadores afastados para tratamento de saúde é assustador e a quantidade de funcionários que estão em atividade sob efeito de medicação controlada é igualmente alarmante. Muitos, quando chegam nessa situação, são demitidos sem piedade.

Nos últimos anos os Sindicatos do Pactu vêm alertando sobre as diversas formas de prevenir o assédio moral e doenças ocupacionais. Além disso, a luta contra estes problemas tem sido prioridade nas negociações com os banqueiros, já resultando em diversas conquistas na Convenção Coletiva de Trabalho.

No entanto, nem todos os bancários demonstram preocupação e muitos sequer possuem organizado um Dossiê Médico pessoal, com a documentação de suas consultas médicas e tratamento de saúde.

O Dossiê Médico é fundamental para evitar uma demissão sem justa causa, ou mesmo para subsidiar uma ação de reintegração ou de danos morais, nos casos em que o trabalhador adquire uma doença relacionada ao trabalho. Para se proteger da ganância e da insensibilidade dos banqueiros, os bancários devem guardar em seu Dossiê Médico, entre outros, os documentos descritos no quadro abaixo:

● **Atestado Médico, sempre com o CID (Classificação Internacional de Doenças), que irá caracterizar o acidente ou a doença adquirida no trabalho.**

● **Solicitações de fisioterapia**

● **Exames Médicos**

● **Laudos Médicos**

● **Receitas médicas e as referidas notas fiscais referentes a compra dos medicamentos**

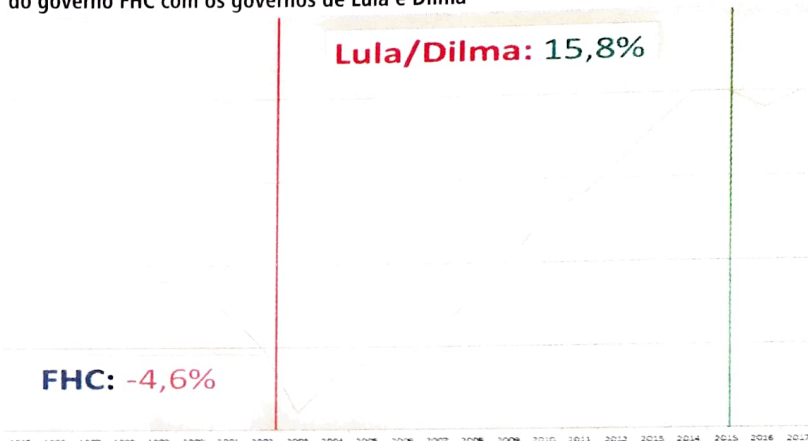
● **No caso de consulta médica fora do seu domicílio, as notas fiscais das despesas de viagem**

● **CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), bem como os documentos provenientes das perícias médicas do INSS**

● **ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), fornecido no exame médico periódico, que é obrigatório no mínimo uma vez por ano. Nunca assine esse documento em branco e jamais deixe de relatar todos os seus problemas de saúde ao médico do trabalho. Caso o médico não queira registrar as observações em seu relatório, você pode fazê-lo de próprio punho nesse documento. Você também pode fazer ressalvas no ASO, discordando do diagnóstico (apto ou inapto), bem como tem o direito de receber uma cópia do documento.**

Aumento real é prioridade da campanha dos bancários

Compare os resultados das Campanhas nos períodos do governo FHC com os governos de Lula e Dilma



Eleições são vistas como estratégicas para interromper ataques aos direitos e a retomada do

respeito às pautas dos trabalhadores.

A consulta nacional que a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e as federações e sindicatos realizaram com os bancários e bancárias de suas bases sindicais apontou que, para 25% da categoria, o aumento real deve ser prioridade na Campanha Nacional 2018.

Em 2016, a categoria fez uma grande greve de 31 dias e arrancou dos bancos um acordo de dois anos, com reajuste de 8% para 2016, mais abono de R\$ 3,5 mil, além de 15% no vale-alimentação e 10% no vale-refeição e auxílio-creche/babá. Para 2017, o reajuste repôs a inflação (INPC/IBGE) e garantiu aumento real de 1% nos salários e todas as verbas.

Antes disso, durante 13 anos (2004 a 2015), a categoria obteve

aumentos reais (ver gráfico), somando 15,8% de aumento real, revertendo a política de arrocho praticada durante os oito anos do governo FHC, quando a categoria teve perdas de 4,6% em seus salários.

“Isso reforça a importância da luta para tirar dos bancos o que é dos trabalhadores por direito”, afirma a presidenta da Contraf-CUT, Juvandira Moreira. “O setor tem resultados excelentes, fruto do trabalho bancário. Podem pagar aumento real que valorize os trabalhadores. Assim como valorizam os executivos, podem e devem fazer o mesmo com os bancários. E não concentrar renda nas mãos dos que já ganham tanto. Aumento real para os bancários é distribuição de renda, bom para a categoria e para toda a sociedade”, reforça a dirigente, lembrando que somente o reajuste salarial conquistado em 2017, de 2,75%, injetou na economia nacional mais de 1,4 bilhões de reais, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Bancos se calam na primeira negociação



Sem o acordo da ultratividade, vários direitos dos bancários correm perigo, como a PLR e a mesa unificada nacional. O Comando cobrou seriedade dos bancos nas negociações

Frustração é o que melhor define a primeira rodada de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban. A reunião aconteceu dia 28/06, em São Paulo. O Comando tinha a expectativa de sair com um pré-acordo assinado, garantindo os direitos dos trabalhadores, como vales refeição, alimentação, auxílio-creche/babá, mas isso foi frustrado pela postura dos bancos que não deram resposta nenhuma ao assunto. Não se manifestaram nem mesmo sobre a ultratividade, que é uma prioridade dos bancários. Sem ela, a Convenção Coletiva de Trabalho está em risco, assim como todos os direitos da categoria, inclusive nossa PLR e a mesa unificada nacional entre bancos públicos e privados

“Essa primeira rodada de negociação só confirmou a importância da mobilização dos bancários na defesa da CCT e da mesa única de negociação”, declarou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, coordenadora do Comando. Para ela, os banqueiros mais uma vez iniciam o processo negocial sem um mínimo de seriedade. E alerta: não resta outra opção aos bancários a não ser intensificar a luta e a pressão para obrigar os bancos a negociarem um acordo que garanta os direitos da categoria.

A próxima negociação está marcada para o dia 12 de julho. No dia 5 será realizado o Dia Nacional de Luta em Defesa dos Bancos Públicos e no dia 11 de julho, véspera da segunda rodada de negociações, os bancários estarão mobilizados no Dia Nacional de Luta em Defesa da CCT e dos direitos da categoria.

Nenhum direito a menos

Os lucros do setor dão à categoria a certeza de que a reivindicação de aumento real na campanha nacional de 2018 pode e deve ser atendida. Os cinco maiores bancos do país (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) obtiveram lucro de R\$ 77,4 bilhões em 2017, resultado 33,5% maior do que o obtido em 2016, quando já tinham tido recorde de lucro. Mesmo com toda a crise que se avizinha ao país, a tendência de crescimento dos lucros dessas mesmas instituições permanece. No primeiro trimestre de 2018, estes bancos lucraram R\$ 20,6 bilhões, crescimento de 20,4% na comparação com o mesmo período de 2017.

Diante de tamanho lucro, além do

aumento real, os bancários querem a manutenção de todos os direitos definidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria e todos os demais que eram garantidos pela antiga lei trabalhista, o segundo ponto mais votado entre as prioridades definidas na consulta à categoria.

“Sabemos das dificuldades que vamos enfrentar diante de um cenário de corte de direitos e uma legislação trabalhista que prejudica os trabalhadores e beneficia apenas o empresariado”, observa a presidenta da Contraf-CUT. “Mas, toda negociação depende da correlação de forças. Se a categoria participar da campanha, certamente sairemos vitoriosos”, ressaltou.

Unidade da classe trabalhadora

Juvandia lembrou ainda que a categoria é a única que possui uma Convenção Coletiva de Trabalho válida para todo o país e, por isso, é muito importante a unidade nacional. Mas, para ela, na atual conjuntura é preciso ainda mais.

“É necessário nos unirmos também às outras categorias em campanha no segundo semestre, que sofre ataques e ameaças de privatização. Temos de estar juntos da sociedade que quer o fim do desemprego, dos aumentos absurdos e sucessivos no preço do combustível, do gás de cozinha, tudo para agradecer ao

mercado financeiro que tem ações da Petrobras”, afirmou.

Para enfrentar os ataques, os bancários aprovaram um calendário de lançamento da Campanha Nacional da categoria em todo país, de 13 a 29 de junho e também a participação no Dia Nacional de Luta da classe trabalhadora, em 10 de agosto.

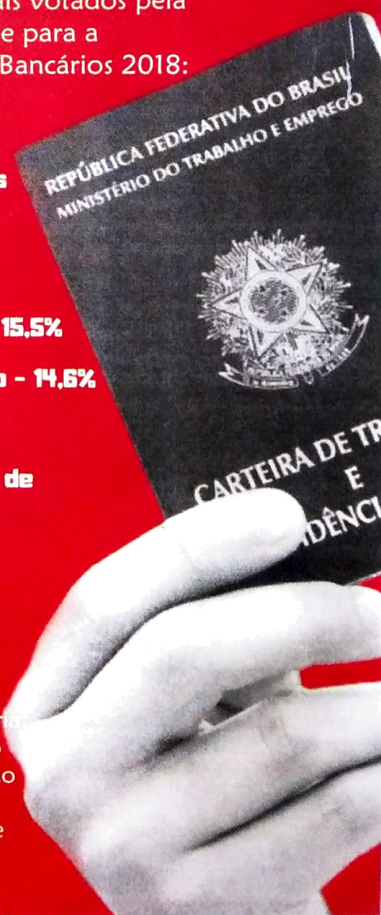
“Será o Dia do Basta à retirada de direitos, de basta ao desemprego, às privatizações, à venda do patrimônio do povo brasileiro, do basta ao desrespeito à nossa democracia”, disse.

Prioridades da campanha

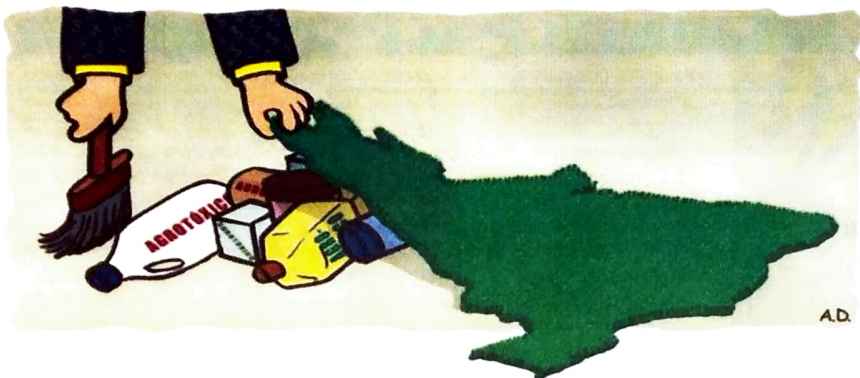
Veja abaixo os pontos mais votados pela categoria como prioridade para a Campanha Nacional dos Bancários 2018:

1. Aumento real - 25,2%
2. Manutenção de direitos Defesa da CCT - 23,3%
3. Combate ao assédio moral - 18,4%
4. Garantia de emprego - 15,5%
5. Impedir a terceirização - 14,6%
6. Aumentar a PLR - 11,7%
7. Melhorar as condições de trabalho - 8,8%
8. Mais segurança nas agências - 5,9%
9. Igualdade de oportunidades - 4%

Além destes pontos, a categoria definiu as eleições 2018 como estratégias para a manutenção dos direitos e para barrar o ataque à classe trabalhadora e o desmonte dos bancos e demais empresas públicas.



O Brasil contra o PL do Veneno



Formada basicamente por ruralista, uma Comissão Especial da Câmara Federal aprovou dia 25/06 o chamado "Pacote do Veneno". Tratam-se de 29 projetos de lei anexados ao Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, de autoria do deputado Luiz Nishimori (PR-PR), revogando a atual lei dos agrotóxicos. Entre as principais mudanças propostas estão o registro e a autorização temporária.

Ou seja, se em 24 meses o pedido de um novo agrotóxico não tiver sido analisado e aprovado no país, o produto poderá ser usado desde que tenha sido aprovado em outros países. Isso causa grande preocupação de especialistas, porque entre essas substâncias podem estar aquelas com ingredientes causadores de câncer, malformações e

outras alterações graves – o que é proibido pela atual legislação. Representantes da CUT e de movimentos sociais contrários ao PL foram impedidos de assistir a reunião da sessão, presidida pela ruralista Tereza Cristina (DEM-MS). O PL segue agora para votação em plenário na Câmara e no Senado. Se aprovado, será o fim do controle no uso de agrotóxicos no país.

LUTA É ANTIGA

Não é de hoje que os ruralistas tentam estrangular a lei dos agrotóxicos no país. Em 2002, quando o atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP-MT) ocupava assento no Senado, aquela casa aprovou o PL 3.299, de autoria de Maggi. Praticamente inalterado no substitutivo que tramita agora no Congresso, a

proposta de Maggi, que é o maior produtor de soja do Brasil, foi duramente combatido pelo Ministério Público Federal por reunir uma série de inconstitucionalidades.

PRESSÃO DA SOCIEDADE

A CUT promete mobilizar todas as forças possíveis para barrar o PL do Veneno e impedir sua aprovação no Plenário da Câmara. Dezenas de entidades também já se manifestaram contra a proposta. Entre as principais delas estão: Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculados ao Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ibama, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho.

STF proíbe venda do controle acionário de empresas públicas

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu no dia 27/06 uma liminar (decisão provisória) impedindo que o governo venda, sem autorização do Legislativo, o controle acionário de empresas públicas de economia mista, como é o caso de Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil, por exemplo. A decisão também inclui empresas subsidiárias e controladas das estatais e abrange ainda as esferas estadual e municipal da administração pública. Com isso, na prática, ficam suspensas as privatizações de estatais de capital aberto no país.

Lewandowski proferiu a decisão ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) aberta em novembro de 2011 pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e pela Contraf/CUT,

questionando dispositivo da Lei das Estatais: 13.303/2016.

Para o ministro, "a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário". Ele disse que se privatizações forem efetivadas "sem a estrita observância do que dispõe a Constituição", isso resultará em "prejuízos irreparáveis ao país".

A defesa dos bancos públicos especificamente, e das estatais de modo geral, é uma das prioridades da dos bancários e apesar da decisão representar uma vitória, a presidenta da Contraf-CUT, Juvandina Moreira, alerta: "Trata-se de uma decisão liminar. Vamos manter a mobilização e a luta até conquistarmos a vitória definitiva".

Câmara aprova novo "assalto" aos cofres públicos

Enquanto boa parte da população brasileira está às voltas com a Copa do Mundo, em Brasília os deputados federais aliados ao governo aprovaram, no dia 20/06, o Projeto de Lei (PL) 8.939/2017, que autoriza a Petrobras a negociar com outras empresas parte dos seus direitos de exploração do pré-

sal na Bacia de Santos. A área foi cedida pela União em 2010, por meio da chamada cessão onerosa, com a Lei 12.276, de 2010, limitada à extração de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo. Pelo projeto, a estatal pode transferir até 70% de seus direitos a petrolíferas multinacionais.

O PL agora segue para o

Senado, onde deve ser votado e aprovado a toque de caixa. Entregar o pré-sal significa lesar os cofres públicos, enfraquecer a Petrobras para depois privatizá-la e um grande risco à soberania nacional.

Tudo isto sem a cobertura da mídia, principalmente da Rede Globo, deslumbrada com a Copa do Mundo.

CUT ORGANIZA O "Dia do BASTA"

A CUT está organizando uma grande mobilização chamada "Dia do Basta", que será feita no dia 10 de agosto. Basta de desemprego, basta de precarização do trabalho, basta dos aumentos do gás de cozinha, da gasolina, do diesel e basta de ataques aos direitos dos trabalhadores. "Vamos lembrar aos trabalhadores que outubro é mês de

eleição, hora de dizer um não aos deputados que traíram a classe trabalhadora. É hora de elegermos candidatos comprometidos com os direitos da classe trabalhadora", afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Os bancários, que estão em plena Campanha Salarial, devem participar ativamente das ações.